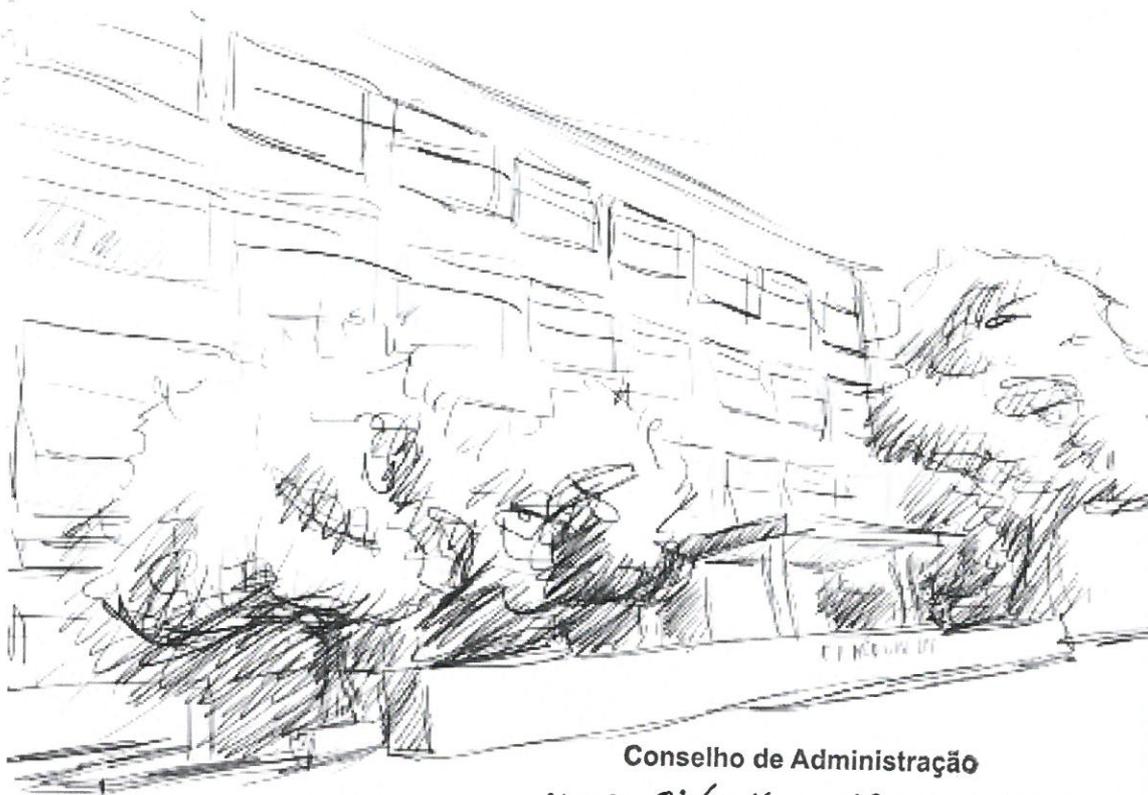




CHMA

Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E



Conselho de Administração

Ata n.º 07/2016 de 18/02/2016

Homologado

Presidente C.A. Vogal Executivo Vogal Executiva Diretor Clínico Enf.ª Diretora

Afonso
Américo Afonso

Paiva
Miguel Paiva

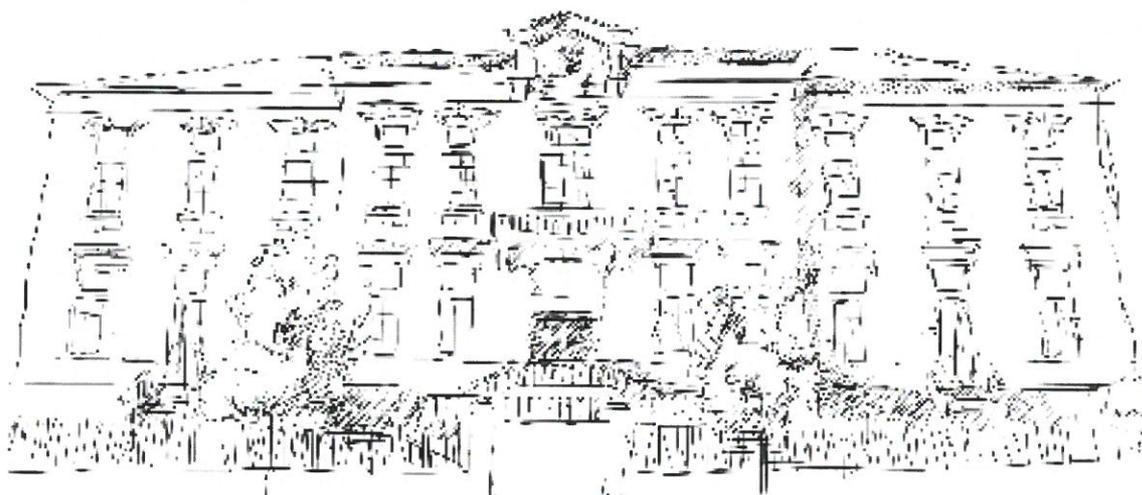
Machado
Fátima Machado

Nunes
Norberto Nunes

Sá
Olíndina Sá

2015

Relatório anual de acompanhamento da execução do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas



O Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, aprovado em Outubro de 2011, tem sido objeto de acompanhamento permanente por uma comissão de monitorização que foi alterada em 3 de dezembro de 2014, na sequência da mudança de alguns responsáveis, ficando com a seguinte composição:

- Maria de Fátima Magalhães Alves Machado, vogal executiva;
- José Miguel Dias Paiva Costa, vogal executivo, até 19 de fevereiro por cessação de funções;
- Jorge Manuel Mira Nobre Mourão, gestor do risco;
- Rosa Maria Oliveira Matias Alves, coordenadora dos serviços financeiros;
- Cristina Maria dos Santos Calado Farinha Mourão, coordenadora do serviço de gestão de doentes;
- Miguel João de Brito Magalhães Lançós, coordenador do serviço de compras e património;
- André Manuel da Silva Gonçalves, coordenador do serviço de instalações e equipamentos;
- José Adélio da Silva Oliveira, coordenador do serviço de recursos humanos.

Nos termos das suas atribuições e por referência ao previsto no supra referido Plano, relativamente ao acompanhamento da sua implementação e execução, privilegiaram-se as seguintes dimensões:

- Publicitação/divulgação;
- Avaliação de ocorrências;
- Melhoria contínua e revisão do Plano.

Foram desenvolvidas em 2015 as seguintes atividades:

- Nas reuniões regulares da Comissão, foi monitorizada sectorialmente, pelos diversos responsáveis de área a existência de situações suscetíveis de serem enquadradas no âmbito dos riscos descritos no plano, não tendo sido detetada qualquer situação no ano de 2014;
- Na sequência da última revisão, foi reforçada a formação sobre o PGRIC, com vista a alcançar a maior consciencialização e atenção sobre esta temática, tendo sido planeada uma metodologia que permita alcançar o máximo de profissionais;
- Foi registado durante o ano de 2015, uma participação no email pgrcic.chma@chma.min-saude.pt especificamente criado para este fim, tendo sido encaminhado nos termos legais;
- Durante este ano e na sequência de deliberação do Conselho de Administração foram auscultados os responsáveis dos serviços do CHMA (deliberação 61/2015), sobre a temática da Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e foram avaliadas as respostas apresentadas;
- Foi ainda decidido em futura revisão, para cada área de risco incluir um campo de evidência de verificação do cumprimento;

[Handwritten signatures and initials]
3

- Foi também deliberado pelo CA através da proposta 62/2015 de 2/6, a regularização e ou renovação dos pedidos de acumulações de funções que, à data de junho de 2015, tivessem ultrapassado o ano de vigência;
- Foi iniciado um processo de revisão do Plano com reavaliação dos riscos elencados, bem como tipificados novos riscos que se espera concluir durante o primeiro semestre 2016;
- Com vista a assegurar o seu conhecimento/conteúdo, procedeu-se à divulgação interna do PGRIC junto dos colaboradores, encontrando-se integralmente acessível na página de intranet e da internet do Centro Hospitalar;
- Atendendo a que em 2014 foi dada formação aos profissionais médicos, em 2015 foi privilegiada a formação aos profissionais de enfermagem e assistentes técnicos num total de respetivamente 42 e 24 profissionais, com particular enfase à questão de acumulação de funções;
- Foi decidido continuar a divulgação em 2016, nos termos a decidir na primeira reunião desta Comissão do ano de 2016, os quais constarão em ata dessa mesma reunião.

JL *Lanf* *4*

Conclusão:

Já com alguns anos de trabalho desenvolvido a comissão continua a prestar a maior atenção à gestão desta temática no CHMA, como forma de consciencialização global para esta problemática, de forma complementar às atividades de controlo interno já efetuadas no âmbito da legislação aplicável, procurando incrementar a transparência e eficácia nas áreas críticas da gestão de valores públicos.

Francisco José Loureiro

J. A. Silva

João

Luís

João
